

MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO: A Escola de Aprendizes e Artífices em Foco

Arthur Rezende da Silva¹
Valéria Souza Marcelino²

RESUMO

Este artigo problematiza a relação existente entre a infância da classe trabalhadora, no início do século 20, com a dualidade, ainda persistente no século 21, entre formação geral e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), do Decreto Presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que cria a rede nacional de escolas de EPT e de fotografias da antiga Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, o texto procura responder às seguintes questões norteadoras: Como as infâncias são retratadas na história da EPT, mais precisamente no início do século 20? Esse tratamento dado às infâncias tem relação com a dualidade histórica entre a formação propedêutica, para a elite, e a formação profissional, para os pobres? Constatou-se que a EPT alcançou forte viés regenerativo devido às classes dominantes do início do século 20 considerarem os desfavorecidos da fortuna ignorantes e passíveis à escola do vício e do crime. Assim, o tratamento dispensado às infâncias no início do século 20 revela muito da persistente dualidade entre o saber fazer e o saber pensar que ainda ocorre no século 21.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Escola de Aprendizes Artífices; infâncias da classe trabalhadora brasileira; Análise Textual Discursiva.

MEMORIES OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN CAMPOS DOS GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO: THE SCHOOL OF APPRENTICES AND CRAFTSMEN IN FOCUS

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the childhood of the working class, at the beginning of the 20th century, with the duality, still persistent in the 21st century, between general education and Vocational and Technological Education (EPT). Through the Discursive Textual Analysis (ATD) of the Presidential Decree nº 7.566, of September 23, 1909, which creates the national network of EPT schools and photographs of the former Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, the This article seeks to answer the following guiding questions: How are childhoods portrayed in the history of the EPT, more precisely in the early 20th century? Is this treatment given to childhood related to the historical duality between propaedeutic training, for the elite, and professional training, for the poor? It can be seen that the EPT achieved a strong regenerative bias due to the ruling classes of the early 20th century considering the underprivileged of fortune ignorant and liable to the school of vice and crime. Thus, the treatment given to childhoods at the beginning of the 20th century reveals much of the persistent duality between knowing how to do and knowing how to think that still occurs in the 21st century.

Keywords: Professional and Technological Education; School of Apprentice Craftsmen; childhoods of the Brazilian working class; Discursive Textual Analysis

Recebido em: 20/3/2022

Aceito em: 4/7/2022

¹ Autor correspondente: Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Instituto Federal Fluminense. Avenida João Jazbick. Aeroporto. CEP 28470-000 – Santo Antônio de Pádua/RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4888728838765400>. <https://orcid.org/0000-0002-4543-7842>. arezendeiff@gmail.com

² Instituto Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7744791759517135>. <https://orcid.org/0000-0002-6024-3771>

INTRODUÇÃO

Pensando, como Kohan (2010), que a escrita sobre a infância, na maioria das vezes, provém de um olhar colonial, em que, quem escreve, escreve “de cima para baixo”, desconsiderando a diversidade das infâncias, é urgente compreender tal escrita como um ato político, uma manifestação de resistência. Nesse sentido, este artigo apresenta como objetivo geral problematizar a relação existente entre a infância da classe trabalhadora, no início do século 20, com a dualidade, ainda persistente no século 21, entre formação geral, para a elite, e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para os pobres. Uma vez que a EPT mobiliza o pensamento pedagógico brasileiro, despertando interrogações desestruturantes (ARROYO, 2019), as questões deste artigo são as seguintes: Como as infâncias são retratadas na história da EPT, mais precisamente no início do século 20? Esse tratamento dado às infâncias tem relação com a dualidade histórica entre a formação propedêutica, para a elite, e a formação profissional, para os pobres?

Para responder a estas perguntas os procedimentos metodológicos empregados foram uma pesquisa de caráter exploratório, cuja característica é esclarecer conceitos e ideias, tendo como objetivo possibilitar uma visão geral sobre determinado fato, envolvendo, logo, levantamento bibliográfico e documental (GIL, 2021). Como bem nos asseguram Lüdke e André (2020), a análise documental é uma técnica para complementar o tratamento das informações obtidas por outras técnicas, visto que, na condição de uma técnica exploratória, há limitações, uma vez que a análise documental aponta problemas que devem ser mais bem descritos por outros métodos, como os empíricos.

Os documentos analisados neste artigo foram o Decreto Presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), que cria as Escolas de Aprendizes e Artífices em cada capital de Estado, e os registros historiográficos da obra “Escola de Aprendizes e Artífices de Campos: história e imagens”, de Luiz Cláudio Gonçalves Gomes (GOMES, 2017). Gomes (2017) argumenta que há uma ausência de uma historiografia da Escola de Aprendizes e Artífices de Campos dos Goytacazes, cidade do interior do Norte Fluminense. Além disso, pondera que o objetivo da obra é “resgatar a origem e o cotidiano da Escola de Aprendizes e Artífices de Campos por meio de fotografias, depoimentos de ex-alunos e da imprensa local, além de documentos e da consulta à escassa bibliografia que trata do tema” (GOMES, 2017, p. 10). Como técnica de análise dos documentos referidos utiliza-se a Análise Textual Discursiva (ATD), que, em resumo, se manifesta por meio da unitarização do *corpus*, de movimentos recursivos de categorização e de manifestação de novas compreensões, sempre em interlocução com teóricos e/ou com a realidade empírica objetivando, assim, argumentos válidos e aceitos pelos especialistas do tema para formular um metatexto (MORAES; GALIAZZI, 2016; GALIAZZI; RAMOS; MORAES, 2021).

Em relação à organização do artigo, tem-se uma seção dedicada a uma sucinta contextualização da dualidade histórica entre a EPT e a formação geral no Brasil no início do século 20; na sequência, a ATD de Brasil (1909) e de Gomes (2017), e por último, as considerações finais, que demonstram o quanto desse tratamento precon-

ceituoso e com origens escravocratas, concedido às infâncias, no século 20, contribuiu para a divisão histórica entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante ainda persistente no século 21.

“MÃOS QUE FAZEM, MENTES QUE TRANSFORMAM”³: A DIFÍCIL TAREFA DE CONCILIAR O SABER FAZER E O SABER PENSAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A História da Educação no Brasil é marcada por uma dicotomia inquietante: o ensino técnico para os menos favorecidos e o ensino propedêutico, científico, para a elite. E essa dicotomia é acompanhada por “atitudes falsas” no dia a dia da sociedade brasileira, principalmente pela burguesia. Pode-se perguntar aos cidadãos, de um modo geral, sobre o que pensam em relação à EPT, e, possivelmente, teremos as mais positivas respostas, como “O ensino técnico é importante para a nação”, “É fundamental formamos mão de obra qualificada”, mas se essa pergunta for direcionada para “Gostaria que seu filho fizesse ensino técnico?”, possivelmente as respostas não seriam tão afirmativas assim, pois, no seio da sociedade burguesa brasileira, o sonho é que “meu filho seja doutor”, pois ser técnico é algo menor.

Para compreender o porquê de existir essa dicotomia, é fundamental resgatarmos a memória, afinal, ela “dá uma visão retrospectiva, do passado, e o projeto permite uma visão prospectiva, projetando o futuro, ambos contribuindo para situar o sujeito, individual ou coletivo (...)” (CIAVATTA, 2021, p. 340). Então, para nos situar diante dessa dualidade histórica, é válido trazer à baila um recorte da História do Brasil. O início da República não representou, de certo, uma ruptura com os ideais da Monarquia, isso porque os dirigentes do início do regime tinham projetos diferentes entre si e contraditórios, haja vista que o próprio marechal Deodoro da Fonseca, uma das figuras centrais da Proclamação da República, foi um ex-monarquista. Assim, a manutenção da secular tradição dualista de ensino em que se opõem o espírito e as mãos e a escola clássica da profissional, é uma das características marcantes do início da República (SOUSA, 2020).

A questão que se preconizava na mente da elite brasileira da época do início da República era em relação ao que fazer com os negros alforriados pela Lei Áurea. Uma elite, é válido reiterar, totalmente avessa às mínimas revoluções, acomodada em seus privilégios, não se interessou em resolver essa questão, e assim, para se livrar dessas classes perigosas, foram criados asilos, casas, internatos a fim de livrar a burguesia desses “infortúnios” (AFONSO; SANTOS, 2020). Para exemplificar essa iniciativa burguesa de recolhimento das crianças pobres e abandonadas, tem-se Rizzini (2020, p. 377), que descreve como a EPT foi compreendida como algo preventivo e corretivo:

Nessa perspectiva, muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, algumas a partir dos cinco anos de idade, sob a alegação de propiciar-lhes uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Trabalhavam 12 horas por dia em ambientes insalubres, sob rígida disciplina.

³ Trecho retirado do tema da 43ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec) de 2019 em Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: <https://reditec.ifsc.edu.br/>. Acesso em: 19. jul. 2021.

Doenças como a tuberculose faziam muitas vítimas, como atesta Moncorvo Filho em 1914: após examinar 88 menores aprendizes de duas oficinas no Estado do Rio de Janeiro, verificou que 70% estavam tuberculosos.

E é nessa precarização da vida, da luta pela sobrevivência desde criança, que se instala a EPT no Brasil, como uma alternativa para os desvalidos da fortuna e da sorte, que não foram incluídos nos novos contextos políticos, sociais e culturais prometidos pela República. A oportunidade dos filhos da classe trabalhadora empobrecida era a EPT, e mesmo assim, questionada pelos membros da elite da época do início da República, que ansiavam pela manutenção de uma sociedade efetivamente estratificada. O então presidente, Nilo Procópio Peçanha (1909-1910) defendeu e instalou as Escolas de Aprendizes Artífices, um esboço de uma política pública, mantida em certa medida, pela União, com a finalidade de afastar os menores dos vícios. Sobre a EPT, destaca-se:

Essa modalidade de ensino teria, segundo as convicções de seus adeptos, o desejado efeito moralizador sobre a população carente, ocuparia de forma útil os desfavorecidos da fortuna e formaria a força de trabalho necessária à incipiente indústria brasileira, até mesmo nas mais distantes regiões do país. Caso contrário, acreditavam, os mais humildes estariam à mercê da ociosidade, do vício e do crime (SOUSA, 2020, p. 216-217).

E é nessa atitude repugnante da elite escravocrata brasileira, numa tentativa de controle e de manutenção da subserviência dos filhos da classe trabalhadora, como se essa classe fosse incapaz de depreender o que seja a civilização, como se fossem bárbaros, arruaceiros, que se consolida a EPT. Assim, a divisão entre o manual e o intelectual se estabelecia em nossa história nada inclusiva, reservando às crianças pobres as funções mais subalternas, mantendo a acomodação social, ou, no dizer de muitos, a manutenção da ordem e do progresso (AFONSO; SANTOS, 2020).

Como contraponto a essa prática de associar EPT a uma forma assistencialista e punitiva, pode-se citar a concepção de educação da revolução russa, que preconizava uma perspectiva socialista, visando a uma associação da educação com a realidade, objetivando, assim, uma intervenção e transformação da sociedade. Enfim, uma educação cujo foco seja a emancipação humana em que todos possam fazer arte, política e ciência, tendo a igualdade entre homens e mulheres e sem classes sociais díspares (CONDE, 2019).

A título de comparação com a sociedade brasileira, na mesma época, início do século 20, a educação do Brasil se distanciava de qualquer pretensão emancipatória, pelo contrário, oportunizou um aprisionamento aos “porões” de nossa história escravocrata, como fica exemplificado no Código Penal da República, que determinava o recolhimento dos menores infratores numa instituição de correção, que, no caso, seria uma instituição de caráter industrial, sendo a pedagogia do trabalho compreendida como um artifício para a regeneração dos que não conseguiriam se inserir no regime produtivo corrente (SANTOS, 2020)

Destacamos o pensamento do pedagogo russo Pistrak, que divergia da concepção burguesa da educação. O referido autor recomendava a auto-organização infantil como uma base da escola socialista, em total contraponto à subserviência marcante da

colonização europeia no Brasil. É válido refletir o que se desejava na escola burguesa, enquanto princípios, segundo Pistrak (2018, p. 223):

De fato, como deseja o Estado burguês educar as crianças: De que cidadãos ele precisa? Antes de mais nada, daqueles cujo pensamento não poderia abalar as imutáveis leis do país. Do ponto de vista da lei, toda a revolução é ilegal, porque ela deseja rasgar as leis e a legalidade existentes. O desejo de manutenção do sistema exige educar cidadãos (ou vassalos) de pensamento conservador, isto é, que considerem a destruição das bases da “constituição do Estado”, algo como um caos, uma anarquia, selvageria, ruína da cultura e da civilização, em uma palavra, uma volta ao tempo das cavernas.

Pistrak elucida a importância de se romper com essa visão de subserviência do proletariado, ousando apostar na eficácia do coletivo infantil, impondo aos educadores a “exigência de se aproximar o trabalho escolar à idade das crianças” (PISTRAK, 2018, p. 229). Ao comparar com a História do Brasil, principalmente no início da República, vemos o quão importante seria termos tido em nosso país revolucionários como Pistrak. Corroborando a argumentação do revolucionário russo, nesse anseio por uma educação libertadora, tem-se Arroyo (2017), que reforça a necessidade de uma prática pedagógica, principalmente a de avaliação, que rompa com a tradição de reprodução das desigualdades sociais, que não seja uma prática que reforce quais trabalhadores serão vítimas da segregação-produção do capitalismo irracional e desumano. Numa crítica enérgica, Arroyo enfatiza o que deveria ser nosso caminho para uma educação emancipatória, que deveria ter sido a dimensão dos dirigentes do início da República:

Afirmar o direito à educação como direito à formação humana, aos direitos humanos, aos processos de humanização confere à educação uma radicalidade ética, política nova, que não inspirou a formação de nosso sistema escolar, nem do pensamento pedagógico. Que nos inspirou a forma de equacionar a escolarização dos setores populares mantidos em nossa história à margem dos direitos. Até pensados e tratados sem direito a ter direitos, porque não reconhecidos humanos (ARROYO, 2017, p. 19).

Nesse contexto, fica claro que no Brasil, tal objetivo não foi perseguido pela elite do início do século 20, e não é exagero afirmar que a formação social das crianças da classe trabalhadora se construía não pelo livro ou pelo aprendizado, mas, acima de tudo, pela violência direta ou indireta, distanciando, portanto, essas crianças dos conceitos de civildade ou de cidadania (DEL PRIORE, 2020). Assim, consolidou-se a dualidade histórica que divide nosso país entre o ensino profissional, para os desvalidos, e o ensino propedêutico, para a burguesia. Essa dualidade promovia a formação de trabalhadores adestrados desde muito cedo, mantendo-se a divisão social em classes (RIZZINI, 2020).

A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA COMO ESTRATÉGIA PARA DEPREENDER AS MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO INÍCIO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A ATD, como metodologia para análise de dados em pesquisas qualitativas, tem sido muito utilizada nas pesquisas da área de educação. Exemplo disso são as pesquisas recentes que utilizam a ATD, como a de Mesquita (2020), que estuda os percursos

formativos dos projetos pedagógicos das Licenciaturas em Química, a de Ferreira, Silva e Carreiro (2020), que investiga o ensino de Filosofia, Guidotti e Heckler (2020), cujo campo de investigação é a formação de professores de Ciências, e a de Antiqueira e Machado (2020), que utilizam a ATD na pesquisa de professores de Matemática. A ATD, portanto, tem como objetivo compreender e reconstruir conhecimentos existentes acerca dos objetos pesquisados, tendo como elementos principais a desmontagem do texto; o estabelecimento de relações, a captação do novo emergente e o processo de auto-organização (MORAES; GALIAZZI, 2016).

É válido explicar que a desmontagem do texto é o exame do *corpus* em seus detalhes, é a interpretação das entrelinhas a fim de produzir categorias e unidades de sentido do objeto a ser estudado, estas, por sua vez, representando o estabelecimento de relações a partir da revisão de literatura realizada. Já a captação do novo emergente é a acentuada impregnação advinda da interpretação do *corpus* e essa captação origina o metatexto, este que é um produto originado de todo o processo recursivo entre palavra e conceito. Por fim, o processo auto-organizado é resultado do ciclo de análise que promove metatextos criativos e originais do fenômeno estudado (MORAES; GALIAZZI, 2016).

A ATD, em síntese, é um processo de “desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursivos investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p.134). É válido reiterar que os sistemas de categorias da ATD podem ter vários níveis, sendo constituídos de categorias iniciais, intermediárias ou finais (MORAES; GALIAZZI, 2016), e, assim, o formato da categorização é uma opção do pesquisador, dependendo do problema de pesquisa e dos objetivos da proposta de questão.

Dessa forma, a seguir apresenta-se a síntese do percurso escolhido pelos pesquisadores, representado pelo quadro 1, com as categoriais iniciais e a final, a partir do processo de unitarização realizado de Brasil (1909) e Gomes (2017). Após o quadro 1, seguirá o metatexto, que comunica, por meio da descrição, interpretação e argumentação, a análise desenvolvida pelo pesquisador. Como argumentam Moraes e Galiuzzi (2016, p. 62), “(...) os metatextos não se constituem em simples montagens. Resultam de processos intuitivos e auto-organizativos. A compreensão emerge, tal como sistemas complexos, revelando-se muito mais do que uma soma de categorias”.

Quadro 1 - Categorização realizada a partir de Brasil (1909) e Gomes (2017)

Categoria final/emergente	Categorias iniciais
A escola do trabalho como regeneração das crianças da classe trabalhadora.	A criminalização da criança da classe trabalhadora.
	EPT como assistencialismo e uma política higienista.
	Técnicas de disciplinamento e hierarquização das relações similares às instituições militares.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Metatexto "A escola do trabalho como regeneração das crianças da classe trabalhadora"

Nessa etapa da ATD, que são os metatextos, é importante salientar que o autor assume posição de sujeito histórico, intervindo no *corpus* que investiga, concomitantemente, assumindo a autoria de suas produções. Assim, o metatexto é “um processo de construção e reconstrução recursivo, em que o pesquisador, ao mesmo tempo que compreende de forma mais complexa os fenômenos que investiga, consegue comunicar os resultados da análise cada vez com maior precisão e qualidade” (MORAES; GALIAZZI, 2016).

A categoria em análise, “A escola do trabalho como regeneração das crianças da classe trabalhadora”, encontra respaldo na argumentação de Rizzini (2020) quando a autora destaca o oportunismo nos institutos profissionais do início do século 20, estes que não preparavam um trabalhador emancipado, mas sim um trabalhador subserviente aos desejos do capital avassalador:

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto o agrícola) pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho (RIZZINI, 2020, p. 380).

Como se observa, as elites da recém-inaugurada República não almejavam uma ruptura com um passado escravocrata, mas sim sua manutenção, no máximo com uma “nova roupagem”. Não era interesse, portanto, “(...)superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. (CIAVATTA, 2012, p. 85). Pode-se constatar essa manutenção de um ideário de uma EPT voltada às classes desfavorecidas, por meio das unidades de sentido “A criminalização da criança da classe trabalhadora” e “EPT como assistencialismo e uma política higienista”, que encontram eco no texto inicial de Brasil (1909), em que se destaca o seguinte:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existencia;

Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação (*sic*) (BRASIL, 1909).

Nesses textos iniciais do decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices já temos inclinações muito evidentes de como a EPT era caracterizada por ser uma modalidade de ensino destinada aos pobres para que se adequassem à moral e à

produtividade desejadas pelo capitalismo feroz e avassalador e pelas oligarquias, como pontua Bezerra (2006):

A despeito da República e da urbanização, predominava no Brasil, um sistema agrário de produção com a hegemonia das classes oligárquicas e uma concepção de trabalho escravista, herança de um passado ainda muito próximo. Neste sentido, o ensino técnico apresentava-se como apêndice do sistema educacional brasileiro com formação puramente propedêutica (p. 11).

Uma forma também de argumentar a favor das categorias escolhidas é recorrer às memórias e às temporalidades do campo Trabalho e Educação, como destaca Ciavatta (2007): “(...) reconhecer a fotografia como resultado da atividade social, o visível revelado e o invisível oculto, a história sob a aparente simplicidade de uma representação, a imagem” (CIAVATTA, 2007, p. 35). Por meio de fotografias de Gomes (2017), a correlação com a categoria e as unidades de sentido é notória, como se observa na Figura 1:

Figura 1 – Fotografia de alunos almoçando na Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro



Fonte: Gomes (2017, p. 160).

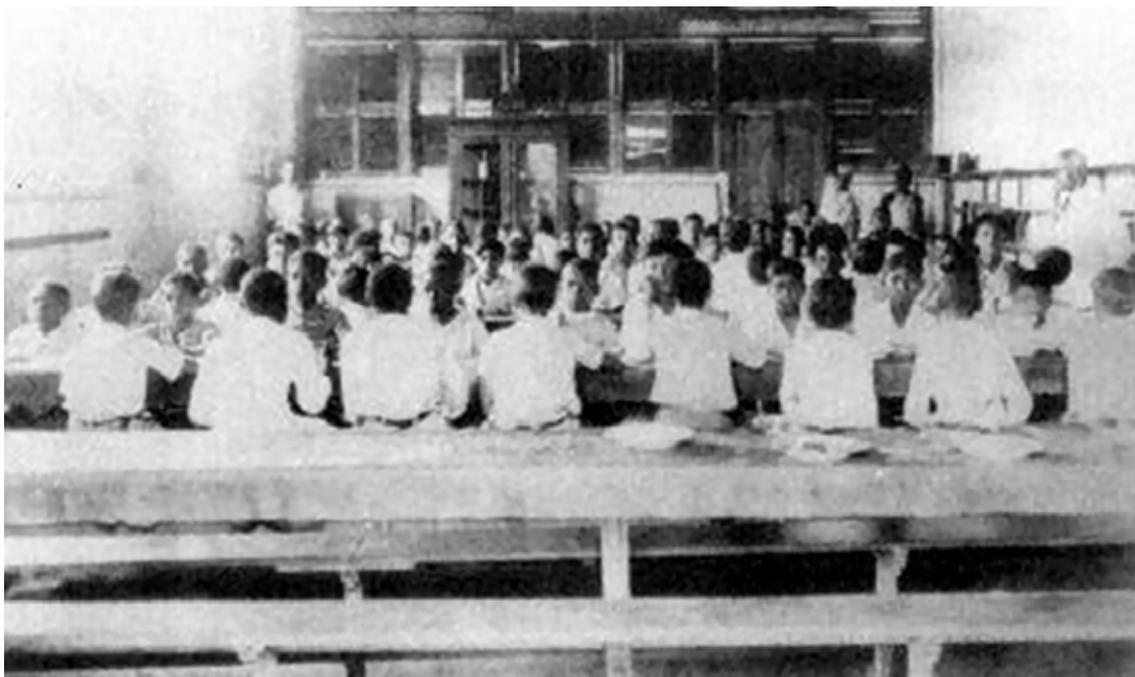
Antes de adentrar na análise propriamente dita da Figura 1, há de se destacar que a localização da instituição de ensino em Campos, que não era capital de um Estado, deu-se por questões político-partidárias, haja vista que Nilo Peçanha, então presidente da República, era de origem campista (GOMES, 2017). Em relação à Figura 1 propriamente dita, Gomes (2017) descreve como uma fotografia dos anos de 1920 e pontua que a oferta da merenda foi um importante fator de permanência estudantil, em virtude da vulnerabilidade dos alunos. Gomes (2017) destaca também como os alunos eram vigiados pelos servidores da escola, com um rigor abusivo de disciplina-

mento, afinal, como bem ponderado no texto inicial de Brasil (1909), a escola era para possibilitar que os proletários vencessem a luta pela existência. Sobre a Figura 1, cabe destacar o trecho a seguir:

Fotografia dos anos vinte com alunos, administrativos e docentes. Aqui o que nos chama a atenção, como sempre, é o sentido de ordem posicionando cuidadosamente cada um dos em seu devido lugar. É possível ver que os primeiros alunos estão descalços e daí poder presumir que os demais também estão (se houvessem alunos calçados estes possivelmente estariam em primeiro plano?). O primeiro aluno à esquerda tem algo que se parece com uma meia e um sapato, apenas em seu pé direito. O formato regular nos faz crer se tratar de um calçado ou mesmo uma prótese. Porém, o que mais nos chama a atenção é a presença reduzida de alunos negros que é claramente percebida como muito superior em fotografias da década anterior e posterior a esta (GOMES, 2017, p. 159).

A fotografia, assim, colabora com a ATD em tela, visto que carrega uma “(...) visão historicizada de objetos singulares e de acontecimentos, fenômenos cujo conhecimento deve ser buscado no conjunto articulado de relações sociais (estéticas, culturais, econômicas, políticas) que o constituem no tempo e espaço” (CIAVATTA, 2007, p. 35). Na sequência, a Figura 2 também exemplifica as unidades de sentido “A criminalização da criança da classe trabalhadora” e “EPT como assistencialismo e uma política higienista”, visto que há uma “liberdade vigiada” das crianças da classe trabalhadora, com adultos sempre “à espreita” para reprimir possíveis atitudes indecorosas para o conservadorismo da época. Como bem salientam Afonso e Santos (2020), a elite brasileira, seja no Império ou no início da República, considerava que as classes populares tinham uma tendência à vadiagem e que gostavam do ócio, e por isso, deveriam ser, constantemente, controladas. A Figura 2 retrata esse sentimento de controle.

Figura 2 – Fotografia da hora da refeição da Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro



Fonte: Gomes (2017, p. 161).

Na descrição que Gomes (2017) realizada desta Figura 2, há um destaque, no olhar dele, para a precariedade das instalações do refeitório, além de um exagero de controle para um horário descontraído, como o almoço. O autor chega a trazer a hipótese de que as pessoas foram convidadas para compor a foto, de forma ensaiada. Ensaiada ou não, porém, a foto em tela nos traz um “inventário de informações daquele precioso fragmento de espaço/tempo retratado. O artefato no seu todo, assim como o registro visual na individualidade, constitui uma fonte histórica” (KOSSOY, 1989, p. 30-31 *apud* CIAVATTA, 2007, p. 35). A Figura 2 é representativa da fala de Pistrak (2018, p. 224) quando compara a burguesia e o regime estatal da revolução soviética: “Essas características do regime burguês permitem ao domínio da burguesia refletir-se na forma e essência da auto-organização escolar, onde ela exista. Assim é o velho”.

Um fato que exemplifica esse “velho”, destacado por Pistrak, ou a atitude higienista da elite conservadora brasileira, pode ser observado em Brasil (1909) quando impedem os estudantes com alguma deficiência de serem admitidos na escola de aprendizes artífices:

Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo; não sofrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ocio.

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por autoridade competente.

§ 2º A prova de ser candidato destituído de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições do requireu á matricula (*sic*) (BRASIL, 1909).

Como um eufemismo para “classes perigosas”, o vocábulo “desvalidos de fortuna”, além da impossibilidade daqueles que tinham alguma moléstia já demonstra o quão dual e higienista era a sociedade à época. As certidões cobradas para o acesso do aluno à escola são apenas figurativas, visto que seria muito improvável que a classe burguesa da época quisesse que seus filhos estivessem nessas escolas, cujo objetivo era a formação profissional da classe menos favorecida (SOUSA, 2020). A Figura 3, a seguir, colabora com esse entendimento de que as Escolas de Aprendizes Artífices eram para os filhos da miserável classe trabalhadora da época, originária do regime escravocrata brasileiro. A análise de Gomes deixa evidenciado como a vida daquelas crianças já era árida:

Outra observação pertinente sobre esta fotografia é que as que estão na janela guardam um semblante tranquilo e até mesmo o esboço de um sorriso. O diretor observa altivo a ordem e a disciplina de seus alunos que, exemplarmente, olham para a câmera fotográfica postada à sua frente. Os aprendizes artífices são obedientes e ordeiros. Mas por que entre aquela centena de alunos nenhum deles dá sequer um pequeno sorriso que seja? Há apenas uma exceção. O menino negro no centro da fotografia parece sentir-se numa posição privilegiada em relação aos colegas e, sobretudo, ao diretor e às professoras. Sua posição central o coloca de frente para a objetiva da máquina e assim conivente com olhar do fotógrafo. Mas por que ninguém mais esboça sequer um sorriso? Afinal de contas são em torno de 150 crianças na varanda de uma escola. Por que o menino de camisa de manga

comprida, sentado no centro da fotografia, tem sapato em um pé e o outro está descalço? A vida já lhes parecia dura em tão tenra idade, como pequeninos homens transmitem algo de dor nesses olhares e nesse silêncio imenso, que a fotografia ecoa quase 80 anos depois (GOMES, 2017, p. 163-164).

Figura 3 – Fotografia de alunos na varanda com o diretor no idos de 1930 em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro



Fonte: Gomes (2017, p. 163).

E nas “idas e vindas” analíticas do *corpus* em tela, oportunizadas pela ATD, que “tenciona inserir-se em movimentos de produção e reconstrução das realidades, combinando em seus exercícios de pesquisa a hermenêutica e a dialética” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 171), chegamos à última unidade de sentido “Técnicas de disciplinamento e hierarquização das relações similares às instituições militares.” Nada mais oportuno que a lógica militar para fins de adestramento dos filhos pobres da classe trabalhadora da época. Para os desvalidos da fortuna, seria possível ordem, e talvez, muito timidamente, o progresso, fazendo aqui uma referência ao tema, nada neutro, de nossa bandeira:

Paralelamente, a recém-instaurada República tecia e estruturava os símbolos de um novo país sob a pecha da “ordem” e do “progresso”, impulsionada pelo nacionalismo que desde a década de 1880 ecoava em prol da industrialização. Ao mesmo tempo, a aura republicana moldava a forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados, respectivamente, pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão. A eugenia era ideia corrente entre teóricos e autoridades e a “profilaxia social” era praticada cotidianamente. A busca pelo trabalhador ideal não cessava, hostilizando-se assim, não só o negro representante de um passo a esquecer – como também aqueles imigrantes porta-

dores de ideias “nocivas! à ordem social. Bania-se do país os líderes sindicais, os dirigentes de greves e de reivindicações populares, de modo que o papel dos aparelhos policiais era de extrema importância (SANTOS, 2020, p. 213).

Longe de haver uma preocupação com a emancipação do sujeito, observa-se uma manutenção da subserviência, em que os filhos da classe trabalhadora serviriam para a perpetuação da desigualdade social em nosso país. O máximo que poderia ser vinculado a essa classe trabalhadora seriam as escolas profissionalizantes, que, além de possibilitarem um ofício, ainda promoviam doutrinação militar, com “mente sã em corpo sã”, como se observa na Figura 4.

Figura 4 – Fotografia de exercícios militares dos alunos da Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro



Fonte: Gomes (2017, p. 159).

A Figura em tela, embora não retrate alunos em plena atividade física, possibilita observarmos os estudantes em “posição de sentido”, em fila, típico do militarismo. A precarização dos ambientes escolares, retratadas nas figuras, demonstra o quão desleixada era a educação pública destinada aos desafortunados, que desde crianças, o que lhes restavam seriam os serviços manuais e/ou braçais, pelos quais a elite tinha ojeriza. Sobre a Figura 4, Gomes (2017, p. 159) descreve:

Como em tantas outras fotografias da Escola, parece que era proibido sorrir. Ainda que a foto esteja em estado de deteriorização, não é possível ver qualquer aluno esboçar um leve sorriso. Outro fato, não menos comum, é observar alguns alunos descalços. (...) Ao lado esquerdo da fotografia alguns entulhos dão certo toque de desorganização daquele espaço fotografado com o ritual que prevalecia, que era o silêncio absoluto possível de ser lido nas imagens de registro.

No texto introdutório de Brasil (1909) também já se estabelece a EPT como uma forma repressora, afinal ao governo caberia formar cidadãos “úteis à nação”, fazendo com que os pobres da classe trabalhadora adquirissem hábitos de um trabalho profícuo, afastando, os desvalidos, da “ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. Assim, a preparação para o trabalho, nessa época, não era emancipatória, mas, acima de tudo, regenerativa, modeladora da moral, legitimando “as formas históricas e alienantes da exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista” (CIAVATTA, 2007, p. 43).

No envolvimento possibilitado pela ATD, em que o pesquisador “vai além de análises de caráter semiótico e semântico, para atingir interpretações de caráter hermenêutico, contextualizadas e históricas, com intenso envolvimento e autoria do pesquisador” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 243), encerra-se esta seção com a Figura 5, que põe em destaque o disciplinamento, a hierarquização, a regeneração das classes trabalhadoras promovidos pela EPT do início do século 20, que deveria colaborar com o combate a tudo que não se adequasse à lógica da produção e do trabalho, ou ainda, à lógica da elite dominante, escravocrata, que despenderia um grande favor à nação combatendo a vadiagem dos filhos da classe trabalhadora, vadiagem esta fruto da exclusão que o capital industrial lhes determinava (SANTOS, 2020).

Figura 5 – Fotografia da fachada principal da Escola de Aprendizes Artífices, em 1910, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro



Fonte: Gomes (2017, p. 178).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo problematiza a relação existente entre a infância da classe trabalhadora, no início do século 20, com a dualidade, ainda persistente no século 21, entre a formação geral, para a elite, e a EPT, para os pobres. A fim de trazer apontamentos às questões norteadoras, optou-se pela ATD, que é “um processo de produção de novas compreensões em que a recursividade está presente o tempo todo, como movimentos em ciclos e em espirais, conduzindo a entendimentos cada vez mais complexos” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 253)

O *corpus* de análise é o Decreto Presidencial, nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 e os registros historiográficos da obra de Gomes (2017), observando-se que, por meio da ATD, procurou-se responder às questões norteadoras. Como categoria final e emergente tem-se “A escola do trabalho como regeneração das crianças da classe trabalhadora”, visto que essa conduta “purificadora” marcou a EPT do início do século 20. E no processo desconstrutivo da unitarização, as unidades de sentido que emergiram foram a “A criminalização da criança da classe trabalhadora”, a “EPT como assistencialismo e uma política higienista” e a “Técnicas de disciplinamento e hierarquização das relações similares às instituições militares”.

A ATD do Decreto Presidencial (BRASIL, 1909) permitiu evidenciar como a recente República ainda abrigava, em seu seio, o preconceito e o medo das classes trabalhadoras de se tornarem revolucionárias. O que a elite à época ostentava era simplesmente a perpetuação da estratificação social, da subserviência dos desvalidos de fortuna aos que a têm. Já as fotografias analisadas de Gomes (2017), da realidade da Escola de Aprendizes Artífices da cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, colaboram para a compreensão da dualidade histórica, haja vista que as crianças que frequentaram essa instituição foram vigiadas e submetidas ao trabalho profícuo para que não representassem perigo à elite dominante.

Pode-se inferir, portanto, que a dualidade que ainda persiste no século 21 tem muita relação com o tratamento concedido às infâncias das classes trabalhadoras do início do século 20. A elite dominante, cuja característica é a origem escravocrata, muito contribuiu para que essa dualidade ocorresse, afinal, insistiram com o conservadorismo da condição social que os beneficiava, colaborando para a manutenção de uma desigualdade social profunda e radical, concedendo aos desvalidos de fortuna e sorte, no máximo, uma EPT disciplinadora, regenerativa e higienista.

Espera-se que este artigo possa alimentar nos militantes sociais que fazem a EPT diariamente o desejo por minorar essa dualidade entre o saber fazer e o saber pensar que ainda persiste em nosso sistema educacional. Enquanto agentes da EPT é fundamental acreditar no trabalho como um princípio educativo e não como reparador da desordem. É urgente, pois, persistir em construir uma EPT emancipadora, politécnica, omnilateral, que tenha a atualidade como algo central na organização do trabalho pedagógico, possibilitando fazer emergir, em todos os alunos, um intelectual trabalhador, possibilitando a este trabalhador atuar praticamente e trabalhar intelectualmente (KUENZER, 2000). Assim, a EPT pode-se tornar um contraponto à nova e perversa morfologia do trabalho (ALVES, 2011), que condiciona os filhos da classe trabalhadora a uma vida provisória e

em suspenso (FRIGOTTO, 2009). É preciso acreditar na constituição de um ser humano capaz de fazer arte, política, esporte, ciência, tecnologia, brincadeira ou preguiça, enfim, acreditar que a EPT possa promover um ser humano completo, por inteiro, e acreditar que a formação integral é possível a todos e não apenas àqueles que tenham berço e sobrenome (CONDE, 2019; SILVA; PIMENTA, 2021).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *In: Estudos do Trabalho – Revista Eletrônica da RET*, n. 9, p. 1-31, 2011.
- AFONSO, José Antônio Martin Moreno; SANTOS, Renato Marinho Brandão. Estratégias de controle das classes perigosas: o ensino profissional do império à república. *Revista Trabalho Necessário*, [S.l.], Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – UFF, v. 18, n. 35, p. 183-207, 23 jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/tn.v18i35.40501>
- ANTIQUERA, Liliane Silva; MACHADO, Celiane Costa. Análise textual discursiva na pesquisa sobre formação de professores de matemática. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 8, n. 19, p. 863-888, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/360>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Profissional e Tecnológica nos interroga. Que interrogações? *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 3, n. 1, 2019. ISSN 2594-4827. Disponível em: <https://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1321>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. O direito à formação humana como referente da avaliação. *In: SORDI, M. R. L.; VARANI, A.; MENDES, G. S. C. (org.). Qualidade da escola pública: reinventando a avaliação como resistência*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- BRASIL. *Decreto Presidencial nº 7.566*, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito (*sic*). Portal da Câmara dos Deputados, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicaca>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- BEZERRA, Luzia Freire da Costa. As bases da industrialização brasileira à época do desenvolvimento do ensino técnico. *In: PEGADO, Erika Araújo da Cunha (org.). A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI*. Natal: Editora do Cefet-RN, 2006. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1159> Acesso em: 10 jun. 2021.
- CIAVATTA, Maria. *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Faperj; Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino Médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CIAVATTA, Maria. A exposição de motivos da lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 Gustavo Capanema – Ministro de Educação e Saúde. *Revista Trabalho Necessário*, 19(39), 2021, p. 340-357. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.49869>. Acesso em: 10 maio 2021.
- CONDE, Soraya. Contribuições da pedagogia soviética para educação da criança da classe trabalhadora. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED – EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS*, 39., 2019. Niterói. *Anais [...]*. Niterói, RJ: Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2019. p. 1-6. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_12_8. Acesso em: 10 jul. 2021.
- DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. *In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 84-106.
- FERREIRA, Sônia Maria Lira.; SILVA, Rosemary Marinho; CARREIRO, Gabriela da Nóbrega. A análise textual discursiva na pesquisa qualitativa no ensino de filosofia: peneiradas intempestivas no PROF-FILO. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 8, n. 19, p. 800-834, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/369>. Acesso em: 5 jan. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude com vida provisória e em suspenso. Rio de Janeiro: UERJ; FAPERJ; CNPq. *Documentário*, 2009. Disponível em 3 partes: <https://www.youtube.com/watch?v=yXj6pTXn7zs>; <https://www.youtube.com/watch?v=eUCShbnNPRQ>; <https://www.youtube.com/watch?v=-lz8m2mgNLY>. Acesso em: 5 jan. 2020.

GALIAZZI, Maria do Carmo; RAMOS, Maurivan Güntzel; MORAES, Roque. *Aprendentes do aprender: um exercício de análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2021. 312 p. (Coleção Educação em Ciências).

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2021. 230 p.

GOMES, Luiz Cláudio Gonçalves. *Escola de aprendizes artífice de campos: história e imagens*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2017. 220 p. Disponível em: <https://www.abeu.org.br/farol/abeu/catalogo-unificado/item/essentia-editora/escola-de-aprendizes-e-artifices-de-campos-historia-e-imagens/1013856/>. Acesso em: 4 abr. 2021.

GUIDOTTI, Charles; HECKLER, Valmir. O compreender com a ATD em uma etnopesquisa-formação com professores de ciências. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 8, n. 19, p. 768-784, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/365>. Acesso em: 5 jan. 2021.

KOHAN, Walter Omar. Vida e morte da infância, entre o humano e o inumano. *Educação & Realidade*, v. 35, n. 3, p. 125-138, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227078008.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN; E.P.U, 2020.

MESQUITA, Nyuara Araújo da Silva. Perspectivas formativas de cursos de licenciatura em química: o desvelar dos projetos pedagógicos a partir da análise textual discursiva. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 8, n. 19, p. 863-888, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/364>. Acesso em: 5 jan. 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 3. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2016.

PISTRAK, Moisey M. *Fundamentos da escola do trabalho*. Tradução Luiz Carlos Freitas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018. 286 p.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 376-406.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 211-230.

SILVA, Arthur Rezende da; PIMENTA, Carolina Barros. Juventudes com vidas provisórias e em suspenso: onde aterrar? Considerações sobre o Ensino Médio Integrado e sua relação com os anseios da juventude da classe trabalhadora. *Cadernos do Aplicação*, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/110981> Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUZA, Francisco Carlos de Oliveira. Escola para os desvalidos: a formação da rede federal de educação profissional industrial. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 35, p. 208-230, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40502>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0